

O PLANETA TERRA E O ANTROPOCENTRISMO: REFLEXÕES SOBRE O SENTIDO DA HISTÓRIA¹Massimo Sciarretta²**Resumo**

O presente texto busca analisar historicamente as causas político-culturais bem como socioeconômicas que ocasionaram a emergência da questão ecológica contemporânea. Neste sulco, destacamos o papel da corrente historiográfica denominada como Big History, a qual conduz, há alguns anos, uma crítica contundente do antropocentrismo subjacente aos estudos historiográficos clássicos, que circunscrevem o início das dinâmicas históricas ao comparecimento do Homem e que em torno da mera trajetória humana trançam o fil rouge da História do planeta como um todo. Finalmente, levantamos algumas opiniões sobre a nova função que a coletividade é chamada a exercer para não continuar condenando ela mesma e a Terra à inação e à impotência diante dos estragos atuais.

Palavras-chave: Meio-ambiente; antropocentrismo; Big History.

PLANETA TIERRA Y ANTROPOCENTRISMO: REFLEXIONES SOBRE EL SIGNIFICADO DE LA HISTORIA.**Resumen**

Este texto busca analizar históricamente las causas político-culturales y socioeconómicas que causaron el surgimiento del problema ecológico contemporáneo. En este surco, destacamos el papel de la historiografía actual llamada Big History, que llevó, durante algunos años, una fuerte crítica al antropocentrismo que subyace a los estudios historiográficos clásicos, que circunscriben el comienzo de la dinámica histórica a la aparición del hombre y que en torno a la mera La trayectoria humana teje el filgege de la historia del planeta en su conjunto. Finalmente, planteamos algunas opiniones sobre el nuevo papel que la comunidad está llamada a ejercer para no seguir condenándose a sí misma y a la Tierra a la inacción y la impotencia frente al daño actual.

Palabras clave: Medio ambiente; antropocentrismo; Big History

PLANET EARTH AND ANTHROPOCENTRISM: REFLECTIONS ON THE MEANING OF HISTORY**Resume**

This text seeks to analyze historically the political-cultural as well as socioeconomic causes that caused the emergence of the contemporary ecological issue. In this groove, we highlight the role of the historiographical current called Big History, which led, for some years, a strong criticism of anthropocentrism underlying classical historiographic studies, which circumscribe the beginning of historical dynamics to the appearance of Man and that around the mere human trajectory weave the fil rouge of the history of the planet as a whole. Finally, we raise some opinions about the new role that the community is called to exercise in order not to continue condemning itself and the Earth to inaction and impotence in the face of the current damage.

Keywords: Environment; anthropocentrism; Big History

¹ Recebido em 10/12/2019. Primeira avaliação em 27/12/2019. Segunda avaliação em 08/01/2020. Aceito para publicação em 26/01/2020.

² Professor Associado de História Contemporânea na Università degli Studi del Molise (UNIMOL/Itália). Foi Professor Adjunto de História do Mundo Contemporâneo da Escola de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7647-8970>. E-mail: massimo.sciarretta@unirio.br

O instante não é uma vã invenção dos filósofos. Decerto, não há instante subjetivo quando me comprometo em minha tarefa [...], mas apenas uma perpétua perseguição-perseguida de mim mesmo rumo a fins que me definem e, no entanto, estamos continuamente ameaçados pelo instante [...], um instante limitado por um duplo nada³.

Com esta reflexão, um entre os maiores interpretes do existencialismo entendia se referir à dimensão individual da existência e ao fato de que no não-sentido da origem estivesse escrito também o sentido do destino final: o nada.

Sartre foi um dos fundadores dessa corrente de pensamento que levava a uma crítica contundente às tradições historiográficas dos séculos XIX e XX, movidas pela «presunção que a ação dos sujeitos respondesse a modelos de racionalidade pré-constituídos ou que fosse subsumível como elemento de uma narração, nacionalista, marxista, ou liberal-progressista, capaz de lhe conferir sentido.⁴

Entretanto, relativamente as que hoje chamamos de “temáticas ecológicas”, também os estudos históricos parecem ter utilizado durante muito tempo uma abordagem – por assim dizer – “sartreana” da questão, provavelmente em razão do fato de que à ideia do agir histórico como sinônimo de desenvolvimento e submissão da natureza à vontade do Homem prometeico subjazia a distinção entre «ciências do espírito e ciências da natureza, hierarquizadas conforme esta ordem de importância.

Trata-se, evidentemente, de uma provocação. Todavia, por quase dois séculos, a origem e o destino da Terra sempre foram analisados de acordo com o aparecimento do homem. Para a historiografia clássica, de fato, é a chegada da civilização humana que marca a fronteira entre pré-história e aqueles acontecimentos que, citando Antonio Gramsci, concernem «todos os homens do mundo, enquanto formam uma sociedade e trabalham e lutam e se fazem melhores»⁵, e aos quais nos damos o nome de “História”. Para o mesmo motivo, o interesse rumo ao que poderia ser um mundo sem mais a presença do ser humano – um mundo pós-histórico – revela-se sem sentido, tornando a história do homem em caminho como um parêntese entre dois nada...

³ SARTRE, JEAN-PAUL, O ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 574. O itálico é próprio do texto.

⁴ CAPUZZO, PAOLO, Nuove dimensioni del rapporto centro-periferia: appunti per un dossier. In: «Storicamente», 2 (2006). ISSN: 1825-411X. Art. no. 5, p. 7

⁵ GRAMSCI, ANTONIO, Cartas do Cárcere. Antologia. Carta de 23 de janeiro de 1937. Compostela: Estaleiro Editora, 2011, p. 432.

O que acontece, todavia, do ponto de vista da análise do devir histórico quando a própria ação do “homem que faz a História” é a que cria os pressupostos para um mundo pós-histórico? O que ocorre quando, de um lado, «a dependência do homem, por parte das ciências da natureza não humana diminui com o progredir da tecnologia»⁶ enquanto, por outro lado, aquela própria tecnologia acarreta um “desnível prometeico”⁷ que marca o hiato intransponível entre a capacidade de produzir e incapacidade de imaginar as suas consequências e leva a humanidade rumo ao ponto de não-retorno?

Arnold Toynbee, nas páginas conclusivas da obra que representa seu legado histórico, alertava sobre o fato de que o homem, filho da «Mãe Terra», jamais seria nas condições de sobreviver ao matricídio, se fosse cometê-lo, sendo a autodestruição sua punição.⁸ Entretanto, as suas reflexões não se limitavam à clarividente advertência (o livro é de 1976) sobre os estragos produzidos pela ação humana sobre a natureza. O grande estudioso britânico da história das civilizações foi entre os primeiros que questionaram a abordagem dogmaticamente antropocêntrica da quase totalidade dos cientistas sociais.

Ainda Toynbee, no livro *Hannibal's Legacy: The Hannibalic War's Effects on Roman Life*, dedicou significativamente um capítulo chamado «A Revolução romana do ponto de vista da flora», fazendo uma inversão de perspectiva em relação ao *De Rerum Natura* de Lucrécio. Em uma das passagens mais significativas do texto, ele apontou: «a flora do nosso planeta compartilha com os habitantes humanos do planeta as vantagens e os limites inerentes à vida. Ela também é egocêntrica e leva em conta apenas a si própria; e se ela fosse capaz de comunicar à mente humana as premissas do seu subconsciente com base nas quais ela atua, certamente daria por certo, assim como a humanidade faz, que ela – e somente ela – constitui o centro e o fim da criação».⁹ A partir daí, para o ofício do historiador, era posta em discussão uma perspectiva incapaz de descentralizar a reflexão sobre o nosso estar no mundo.

⁶ ARNOLD J. TOYNBEE, *Storia comparata delle civiltà*. Vol. 3. Roma: Newton Compton Editori, 1974, p. 267.

⁷ Cf. GUNTHER ANDERS, *L'uomo è antiquato. Sulla distruzione della vita nell'epoca della terza rivoluzione industriale*. Vol. 2. Turim: Bollati-Boringhieri, 2007.

⁸ Cf. ARNOLD J. TOYNBEE, *Mankind and Mother Earth: a narrative History of the world*. New York: Oxford University Press. 1976.

⁹ A. J. TOYNBEE, *L'Eredità di Annibale. Le conseguenze della guerra annibalica nella vita romana*. Vol. II. Turim: Einaudi, 1983, p. 728.

Toynbee não será o único. À medida que a questão do meio-ambiente se torna central na especulação histórica, um número cada vez maior de historiadores que abordou a relação entre história humana e história natural propôs, com seus estudos, uma reconfiguração da varredura temporal dos processos históricos que nascia de uma extensão da história humana na escala temporal mais ampla concebível, a saber: a que vai do *Big Bang* até os dias atuais, dando vida a uma corrente historiográfica chamada de *Big History*.

Estudiosos como David Christian solicitaram aos historiadores que já haviam ampliado o objeto de pesquisa de campo em uma escala geográfica mundial (História Mundial, Estudos Pós-coloniais) a fazer uma escolha igualmente radical no nível temporal, reconhecendo a escala cronológica adequada para o estudo da história no tempo considerado em sua totalidade.¹⁰

Para aprofundar essa discussão em suas conclusões de "sentido", faz-se necessário dar um passo atrás, colocando os pés no terreno da história para encarar as dinâmicas que tornaram essa discussão em torno da questão ecológica tão atual.

A constante submissão dos componentes naturais à ação antrópica produziu a transformação radical dos habitats, sua degradação e a transição da ideia de natureza para a de meio-ambiente como «local de modificações e processos históricos»¹¹, colocando as bases para que este assunto se tornasse campo de investigação não apenas para as ciências naturais, mas também para as humanísticas.

O meio ambiente tem sido fortemente explorado e poluído desde os tempos pré-modernos, nas sociedades ocidentais como nas orientais. De fato, todas as sociedades históricas são energívoras. É suficiente pensar na extração de chumbo realizada pelos romanos para os mais variados usos, na época do Império.¹² Ou aos bosques do Mediterrâneo, cujo desmatamento em curso desde a antiguidade fez com que eles tivessem praticamente desaparecido já ao fim da Idade Média. Ou, finalmente, à prática da extração do cobre e ao uso difuso do mercúrio, na China antiga.

¹⁰ Cf. DAVID CHRISTIAN, *Maps of Time: An Introduction to Big History*. Berkeley: University of California Press, 2005.

¹¹ SERENELLA IOVINO, *Filosofia dell'ambiente*. Roma: Carocci, 2004, p. 17.

¹² S. PREUNKERT, J. R. MCCONNELL, H. HOFFMANN, et al. (2019), Lead and antimony in basal ice from Col du Dome (French Alps) dated with radiocarbon: A record of pollution during antiquity. In «*Geophysical Research Letters*», 46, pp. 4953-61. <https://doi.org/10.1029/2019GL082641>.

Entretanto o “salto qualitativo” ocorreu graças à «influência civilizadora do capital» (como lembra Karl Marx nos *Grundrisse*). De fato, entre o século XVII e o século XIX, com a consagração da propriedade privada, da economia monetária, do comércio global e do *take-off* industrial, produziu-se, «um nível de sociedade em comparação com o qual todos os anteriores aparecem somente como desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza» enquanto a própria natureza deixou de ser reconhecida «como poder em si» e tornou-se «puro objeto para o homem», aparecendo «unicamente como ardil para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto do consumo, seja como meio da produção».¹³

Em plena Revolução Industrial, observando a Manchester das fábricas, dos rios cinzentos e das máquinas transformar a matéria e a história da humanidade, o pensador francês Alexis de Tocqueville exclamara com maravilha misturada com aflição: «Desta vala imunda a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu maior completo desenvolvimento e a sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem».¹⁴

Ao colocar sob tensão a relação entre o homem prometeico e a natureza, Tocqueville, que já no século XIX havia visto antecipado as vantagens e as criticidades da sociedade de massa que virá, desse mesmo período havia compreendido outra contradição destinada a emergir na opinião pública somente no final do século XX.

A partir daquele momento em que o novo Prometeu se libertara definitivamente das algemas que o haviam acorrentado ao malthusianismo¹⁵, o problema da coexistência entre o planeta Terra e seu habitante mais incansável surgira para sempre.

Progresso e *sauvagerie*. O homem que supera sua sujeição perante o estado de natureza e a natureza que perde esse “estado” irremediavelmente. Isso, talvez, duzentos anos depois, continua sendo a característica mais distinta dessa antinomia que chamamos de “questão ambiental” e que leva um dos pais dos *environmental studies* como John McNeill a concluir que, dentre os muitos eventos epocais que

¹³ KARL MARX, *Grundrisse*, Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Rio de Janeiro: Boitempo Editora, 2011, p. 204

¹⁴ ALEXIS DE TOCQUEVILLE, *Journeys to England and Ireland*. New Haven: Yale University Press, 1958, p. 107-8.

¹⁵ Cf. DAVID S. LANDES, *Prometeu desacorrentado*. São Paulo: Elsevier, 2005.

marcaram a história contemporânea, o «regime permanente de perturbação ecológica»¹⁶ do homem é o mais gravídico.¹⁷

De fato, mesmo no momento em que Tocqueville deu rédea livre a seus pensamentos, a Terra estava começando (de acordo com um número crescente de estudiosos, liderado pelo vencedor do Prêmio Nobel Paul Crutzen) a entrar em uma nova era geológica. Um termo foi atribuído a isso – “Antropoceno” - que enfatiza a centralidade da ação humana como causa principal das mudanças territoriais, estruturais e climáticas que começaram, simbolicamente, com a descoberta do motor a vapor, em 1784.¹⁸

A teoria do antropoceno engloba um significado histórico expressivo o suficiente para “desfazer” a divisão clássica dos três tempos históricos postulada por Fernand Braudel na “segunda fase” dos *Annales*. A história estrutural, que para o autor de *La Méditerranée* diz respeito às relações entre o homem e o meio ambiente e que se apresenta como um elemento profundo da investigação histórica, quase imóvel, imperceptível em suas flutuações¹⁹, de tal forma, não seria mais o pano de fundo no interior do qual contextualizar os eventos históricos da *longue durée*, mas um panorama temporário, destinado a mudar como as geleiras que se liquefazem e as florestas que desaparecem, os oceanos que sobem e o clima que enlouquece.

De um ponto de vista diferente, a história relida deste jeito marca uma descontinuidade também no que diz respeito à interpretação histórica de matriz historicista, uma vez que deixa de lado as filosofias da história que olham para o devir como a um processo linear e unidirecional projetado para um futuro sinônimo de progresso. Vista do ponto de vista das árvores que fornecem oxigênio, dos animais que nos nutrem ou das fontes que fornecem água, de fato, a Revolução Industrial parece ter desencadeado uma constante como inexorável involução de suas condições.

Se, deste ponto de vista, o divisor de águas foi o da Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX, um novo salto qualitativo ocorreu no século XX, quando «o

¹⁶ JOHN R. MCNEILL, *Qualcosa di nuovo sotto il sole. Storia dell'ambiente nel XX secolo*. Turim: Einaudi, 2002, p. XVI.

¹⁷ Ivi, p. 3.

¹⁸ Cf. PAUL CRUTZEN, *Benvenuti nell'antropocene*. Milão: Mondadori, 2005.

¹⁹ Cf. FERNAND BRAUDEL, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: A. Colin, 1949.

homem embaralhou os átomos e modificou a química da atmosfera»²⁰, até constituir o equilíbrio geopolítico mundial acima do terror de um possível holocausto nuclear.

A experimentação técnico-científica para usos militares não foi, contudo, a única capaz de desfigurar a face do planeta. Até quando ele vem sendo utilizado para os fins energéticos, a força nuclear para uso civil produz e continua produzindo resíduos tóxicos difíceis de armazenar e quase impossíveis de serem descartados. Sem falar do que ocorre quando – como em Chernobyl – a situação escapa do controle, gerando «áreas de exclusão» como a correspondente aos 2.600 hectares entre a Ucrânia e a Bielorrússia, proibida para cultivo, caça e indústria para os próximos 24 mil anos.

Precisamente aproveitando a onda emocional provocada pelos eventos de 1986, o sociólogo alemão Ulrich Beck acreditava ter chegado o momento propício para a criação de um novo tipo de sociedade baseada no risco. Para ele, o processo de modernização permitiu a superação da “sociedade da escassez”, em direção a uma sociedade da opulência, que relera o problema da redistribuição global da riqueza para segundo plano. A partir dessa premissa, Beck adotou a atitude de argumentar que a humanidade estava em uma nova fase de modernização, caracterizada pela centralidade da emergência ecológica causada pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Esta crise tinha como outra face da moeda a oportunidade do surgimento de um novo pacto social, decorrente não do virtuosismo, mas do medo e, no entanto, capaz de produzir coesão e conscientização. Um pacto capaz de juntar transnacionalmente sociedades do mundo inteiro, expostas a um perigo sem fronteiras territoriais, sem bandeiras, sem distinções de classe, uma vez que «a pobreza é hierárquica, mas a poluição é democrática».²¹

Esta tese, apesar de antecipar questões muito atuais, revelou-se mal calibrada, uma vez que peca por excesso e por falta. Por excesso, porque ela se pautava no pressuposto eurocêntrico de uma opulência mundial alcançada, precisamente no momento em que às antigas injustiças sociais o hiper-productivismo da sociedade de consumo acrescentou a exploração dos 83% dos recursos energéticos planetários pelos 20% da população mais rica do planeta. Embora Ulrich Beck havia compreendido os limites de uma abordagem nacional perante uma questão que não

²⁰ JOHN R. MCNEILL, op. cit., p. 23.

²¹ U. BECK, *La società del rischio. Verso una seconda modernità*. Roma: Carocci, 2000, p. 48.

conhece fronteiras, a tese do pensador alemão resultara mal acertada também por falta, porque ao conferir poderes decisórios à sociedade civil planetária, ele havia enfatizado um papel que, infelizmente, ainda hoje encontra-se mais em potência do que em ato, enquanto permanece em surdina o efeito mortal produzido pelo verdadeiro protagonista surgido do desmantelamento das fronteiras nacionais e do triunfo do modelo neoliberal, a saber: as grandes multinacionais, detentoras dos 40% do poder financeiro global.²²

A questão ambiental nos torna todos passageiros do Titanic, mesmo que alguns viajem na primeira e outros na terceira classe, enquanto a mundialização desregulada das práticas capitalistas tirou o leme do poder político sem substituí-lo por uma nova direção responsável diante da coletividade. Desta forma, muitas das nações deste início de milênio²³ parecem estar navegando sem rumo através da tempestade da “pós-democracia”, termo cunhado pelo cientista político britânico Colin Crouch mediante o qual entende-se descrever a o que está por detrás das decisões que afetam a população e o futuro da humanidade nos Estados democráticos na época do turbo-capitalismo e da financeirização.²⁴

Nos regimes pós-democráticos, diante do poder esmagador de um potentado econômico que desce no quadrado de jogo para dirigir os “negócios” da política, a administração pública se propõe como *governance*, uma palavra de origem corporativa que agora é parte integrante do nosso vocabulário político, a qual, mais que indicar e implicar a soberania popular e uma agenda de direção da *Res-publica*, resulta numa administração de decisões já tomadas pelas forças erosivas transnacionais politicamente irresponsáveis, decisões diante das quais o poder público cambaleia, padece, se adapta.

Conforme Zygmunt Bauman apontou, aconteceu, deste jeito, que no cabaré da globalização, o Estado passa por um *strip-tease* que no final do espetáculo o deixou apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão a serviço de mega-empresas, bem felizes por finalmente terem realizado a equação Estado mínimo =

²² Sobre a questão, veja-se, S. VITALI; J. GLATTFELDER; S. BATTISTON, The Network of Global Corporate Control. In: «PLoS ONE», October 2011 | Vol. 6 | Issue 10 | e259956. <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0025995>.

²³ Os países com um passado de pouca familiaridade com as práticas democráticas opuseram à ideia de uma política serva da economia uma fórmula de governo muscular que mistura autoritarismo na política e capitalismo na economia, com resultados não menos avassaladores no que diz respeito à salvaguarda do meio-ambiente.

²⁴ COLIN CROUCH, *Postdemocrazia*. Bari: Laterza, 2003, p. 6.

gendarme.²⁵ Enquanto isso, as grandes corporações mundiais continuam produzindo lucros e dividendos milionários para seus acionistas, deixando reservadas aos Estados a direção e a resolução dos fluxos migratórios, das desigualdades, do desemprego e das tensões sociais geradas por essa dinâmica global fora de controle.

Externality é o termo cunhado para tais contraindicações contidas na receita farmacológica neoliberal a qual, longe de afeitar “apenas” à vida dos homens, também fez a febre do planeta disparar.

Externality è Bhopal, é Chernobyl, é o Golfo do México, é Bento Rodrigues. *Externality* é, mais em geral, a constante piora da qualidade do ar que respiramos e da comida que tragamos; é a extinção dos 60% das espécies animais ocorrido nos últimos 44 anos²⁶; é a significativa redução da água doce disponível e, ao mesmo tempo, o gigantesco aumento dos níveis dos oceanos que, no final deste século, deixará aproximadamente 470 milhões de refugiados ambientais, de Veneza às ilhas do Alasca, de Nova York às aldeias de Pescadores de Bangladesh.

Deixando de lado as teorias da conspiração, talvez o dato mais alarmante seja o fato de que não há planos para destruir o mundo. Embora subserviente à economia, cada Estado industrializado ainda parece poderoso o suficiente para impor sua própria política de «interesses nacionais». O discurso vale, mais ainda, por cada poderio econômico, que registra o lucro para o seus acionistas como seu objetivo corporativo primário e – por que não – também por cada um dos cidadãos/consumidores que apoia e alimenta tais posturas, produzindo sua própria quantia de externalidade.

Neste *mare magnum*, a visão de conjunto é a que faz falta, de modo que a notícia talvez mais preocupante não seja a existência de um poder avassalador de algum Leviatã, mas, pelo contrário, a “impotência” irresponsável de entidades políticas, econômicas e socioculturais incapazes de imaginar o mundo como um todo, suas interações, seus efeitos em cadeia, imersas em um presenteísmo tão frenético quanto ~~quão~~ entorpecido, enquanto a cadência anual em que o *Earth Overshoot Day* cai fica a cada ano que passa mais próxima ao primeiro dia de janeiro.²⁷

²⁵ Cf. Z. BAUMAN. *Globalização. As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 73.

²⁶ WWF, *Living Planet Report 2018*, consultável no site oficial do Wwf, à página https://wwf.panda.org/knowledge_hub/all_publications/living_planet_report_2018.

²⁷ O *Earth Overshoot Day* é o dia em que a humanidade consome completamente os recursos produzidos pelo planeta durante todo o ano. Em 2019, o *Earth Overshoot Day* caiu em 29 de julho. Apenas vinte anos antes, em 1999, ele havia caído em 13 de outubro. Para quem quiser aprofundar o assunto, veja-se também o site oficial do *Earth Overshoot Day*, na página <https://www.overshootday.org/newsroom/past-earth-overshoot-days>.

Estes problemas «estão intimamente ligados à cultura do descarté», que acaba afetando «tanto os seres humanos excluídos como as coisas que se convertem rapidamente em lixo».²⁸ Esse é também o pensamento do pontífice que leva o nome do santo ecológico por excelência e que por primeiro advertiu a exigência de dedicar uma encíclica à Criação, para ouvir «tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres».²⁹

Este documento nos oferece o gancho para a análise de outro nervo descoberto ligado à questão do meio-ambiente e que leva diretamente ao problema demográfico, considerado por muitos – juntamente com a aceleração da atividade econômica humana – uma das duas grandes causas germinadoras³⁰ do desastre ecológico. Em tal encíclica, Francisco resolve a controvérsia adotando uma posição clara contra as políticas de redução das taxas de natalidade.³¹

Se Bergoglio – na clássica troca de acusações entre países em desenvolvimento superpovoados e países hiper-consumidores do Primeiro Mundo – sabe muito bem de que lado entende se posicionar, o mesmo não pode-se dizer no âmbito da comunidade científica, há muito tempo dividida entre neo-malthusianos e não-malthusianos. Para ser claro: não é atribuindo a culpa aos países mais pobres que o Ocidente pode lavar sua consciência. Ainda mais se lembrarmos dos desequilíbrios causados por meio milênio de dominação ocidental caracterizado por depredações, deportações e divisões feitas com a régua e o esquadro, em homenagem a uma lógica extrativista posta sob o disfarce de um fardo civilizador. O problema da superpopulação, no entanto, existe.

Um bom exemplo se encontra no filme *Downsizing*, de Alexander Payne. Nele, o diretor imagina um cenário em que a redução do tamanho dos seres humanos é indicada como uma solução para a tensão constante entre crescimento populacional e sustentabilidade. O subtexto de uma humanidade miniaturizada presta-se a várias interpretações. Uma delas, a mais imediatamente legível, é relativa à tomada de consciência da relação entre a devastação da natureza e a explosão demográfica, que

²⁸ FRANCESCO, *Laudato si'*. Carta Encíclica do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum. Cidade do Vaticano: LEV, 2015, p. 21.

²⁹ *Ivi*, p. 39.

³⁰ PAUL KENNEDY, Prefácio ao livro de JOHN R. MCNEILL, *op. cit.*, p. IX.

³¹ Sobre o ponto, veja-se o trecho da encíclica no qual afirma-se: «Em vez de resolver os problemas dos pobres e pensar num mundo diferente, alguns limitam-se a propor uma redução da natalidade. Não faltam pressões internacionais sobre os países em vias de desenvolvimento, que condicionam as ajudas económicas a determinadas políticas de “saúde reprodutiva”», FRANCESCO, *op. cit.*, p. 39.

o historiador Eric Hobsbawm descreve como «a mudança mais fundamental que ocorreu no Breve século XX»³², para uma população que, desde os primórdios da Revolução Industrial, já passou de escassos 900 milhões para os próximos 9,8 bilhões previstos para 2050.³³ Uma parte considerável de estudos parece corroborar o alarme sobre as consequências ecológicas do boom demográfico. Entre esses trabalhos, o realizado, em 2006, pelo ativista David Nicholson-Lord, o qual chegou à conclusão de que (ainda que a população na época da pesquisa alcançasse os 6 bilhões) até um estilo de vida baseado inteiramente em energia renovável necessitaria de recursos naturais por um equivalente de 1,8 planetas.³⁴

O fator-população não pode, no entanto, ser lido em disjunção com outro dado, a saber: o que registrou um aumento na produção industrial de 40 vezes durante o século XX em comparação com o século antecedente³⁵, proporcionado pela incansável atividade humana de submissão da natureza, independente do regime político-social e econômico adotado.

Também no que diz respeito ao *downsizing* da produção e do consumo, temos ciência de estarmos abordando um tema infinito que exigiria uma evidente complexificação da exposição, mas que, por uma questão de brevidade, podemos incluir no slogan: “seria necessário que uma parte do mundo vivesse mais simplesmente para permitir que todos os outros simplesmente vivessem”.³⁶

A emergência ecológica imporia, portanto, um geral “encolhimento” do impacto humano sobre o planeta, seja esta através de uma formulação totalmente diferente do capitalismo (Jeremy Rifkin, Al Gore), seja pelo meio de um marxismo finalmente ecológico (John Bellamy Foster, Michel Löwy), ou de uma sociedade do pós-desenvolvimento (Ivan Illich), ou, finalmente, do decrescimento feliz (Serge Latouche). Do mesmo modo, não podemos saber se tal grande transição assumirá a forma de uma passagem administrada de cima para baixo, se ela será fruto de uma conquista

³² ERIC HOBBSAWM, O Era dos extremos. O Breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 184.

³³World Population Prospect 2019, consultável no site oficial das Nações Unidas, à página <https://population.un.org/wpp>.

³⁴ DANIEL NICHOLSON-LORD, Sommes-nous trop nombreux? In: «L'Écologiste», n. 20, setembro-novembro 2006, p. 20.

³⁵ JOHN R. MCNEILL, op. cit., p. 401.

³⁶ A tal respeito, o filósofo Michel de Montaigne conjecturava nos seus Ensaios: «Todo mundo chama de “barbárie” tudo o que não faz parte de seus costumes habituais». Evidentemente, a partir de uma fase histórica que o filósofo francês não chegou a vivenciar, o homem inverteu os termos desta afirmação, transformando a ação “contra a natureza” em costume, e seus hábitos em barbárie.

da sociedade dos *Fridays for Future*, ou se ocorrerá sob forma de apocalíptica imposição pela única entidade certamente ainda capaz de fazer revoluções radicais, a saber: Gaia.³⁷

Do ponto de vista historiográfico, as discussões em torno da temática do meio-ambiente são relativamente recentes. Elas começaram simbolicamente em 1962, data da publicação de *Silent Spring*, o primeiro trabalho científico sobre questões ambientais da bióloga americana Rachel Carson. A ampulheta do tempo, no entanto, não concede descontos ao descompasso bicentenário que causamos entre a história da questão ambiental e a história da consciência do fenômeno³⁸: o que o último relatório do Greenpeace chamou de «Contagem regressiva para a extinção»³⁹ nos obriga a nos perguntar se uma certa maneira de entender o antropocentrismo não passe de um mero olhar umbilical por parte do gênero humano. E, com isso, amarrando os fios do questionamento deixado em aberto no início do texto, chego à conclusão.

Como já mencionado, o paradigma antropocêntrico marcou grande parte da evolução das construções culturais e políticas que chegaram aos nossos dias, e não apenas na história do mundo ocidental. Deste ponto de vista, a guinada de águas se deve às três grandes religiões monoteístas (particularmente, à religião Cristã⁴⁰), cujas narrações – interpretadas ao pé da letra – dotaram o homem das ferramentas morais para pensar e exercer o domínio humano sobre a Criação como algo plenamente legítimo. Uma postura que não deixou de prosseguir quando ao Deus metafísico foi substituindo-se o da Razão, uma vez que os adeptos do modelo de civilização tecnocientífica fizeram-se depositários de um messianismo da infalibilidade incapaz de encarar a reflexão sobre a interação entre homem e ambiente circundante de uma forma que não fosse meramente instrumental (alimentar, energética, ou cultural que seja), feito donos do Mundo.

³⁷ Sobre a definição do planeta Terra como organismo vivo, veja-se JAMES LOVELOCK, *Gaia. A New Look at Life on Earth*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

³⁸ Cf. RACHEL CARSON, *Primavera silenciosa*. Milano: Feltrinelli, 2016.

³⁹ GREENPEACE, *Countdown to extinction. What will it take to get companies to act?*, dossiê da associação ambientalista Greenpeace divulgado por ocasião da cúpula mundial do Consumer goods fórum, consultável no site oficial, à página <https://www.greenpeace.org/international/publication/22247/countdown-extinction-report-deforestation-commodities-soya-palm-oil>.

⁴⁰ Cf. LYNN WHITE, *The historical roots of our ecologic crisis*. In: «Science», 10 Mar, 1967, Vol. 155, Issue 3767, pp. 1203-1207.

Nos tempos antigos, ao contrário, prevalecia uma concepção relacional da realidade que identificava o homem no mundo natural que inseria-se no sulco de uma tradição de matriz pré-socrática, que «diante do mistério da vida e da morte, o calor da sol e luz, a explosão de um raio, a vida de animais e plantas» perguntava-se que relações existiam entre esses fenômenos infinitos «e quais almas ou fantasmas animavam fenômenos naturais».⁴¹

Isso não significa que essa maneira de olhar a história do homem e do planeta se perca nas brumas do tempo. Embora minoria, essa teoria que parte da ideia da integridade da Natureza em sua totalidade continuou caminhando pelo meio de seguidores ilustres. Um de todos foi o principal expoente do basismo cristão, isto é, Francisco de Assis (o que, em parte, desmente o que foi dito antes sobre a religião cristã⁴²). Na mesma linha, o mencionado Michel de Montaigne foi um dos primeiros a questionar a superioridade humana sobre todos os seres vivos dotados de sensibilidade, chegando a cogitar que havia «um dever geral da humanidade que nos liga não apenas aos animais que têm vida e sentimento, mas também às árvores e às plantas».⁴³ E nos perguntamos se não deve ser compreendido neste clube de pensadores também Charles Darwin, o qual, em pleno positivismo, com seu ensaio sobre *A origem das espécies*, enquadrou o homem como um produto casual do mecanismo de seleção natural, igual a todas as outras criaturas.

Trata-se, enfim, de uma tendência a enxergar por detrás do «mundo grande e terrível» um “outro mundo possível”. Uma tendência que – parafraseando Gramsci – «foi continuamente interrompida» pela iniciativa do pensamento dominante⁴⁴ o qual, sobretudo a partir da Modernidade, revelou-se não apenas antropocêntrico, como também etnocêntrico, androcêntrico e colonizador (do Homem-não-branco bem como da Terra), e que resulta emblematicamente resumido pela frase proferida pelo

⁴¹ LUCIO D’ALESSANDRO, *Prima del diritto. Antichissime sapienze ed etica dell’ambiente*. In: «Diritto e società. Per un immaginario della cultura giuridica». Nápoles: Guida editori, 2008, p. 68.

⁴² Segundo o teólogo Richard Acosta, expoente da chamada Ecoteologia cristã, foi a partir da Modernidade que a reflexão teológica distorceu a cosmovisão cristã, estendendo a designação divina do homem como “dominador” e “subjugador”, atribuída no Gênesis como sinônimo de depredação. RICHARD ACOSTA, *Dios, hombre creación, hacia una ecoteología bíblica*. Bogotá: San Pablo editorial, 2015, p. 26.

⁴³ MICHEL DE MONTAIGNE, , *Essais, [1580-1588], [libro] II, [capítulo] 11*, tr. it. *Saggi*, a cura di F. Garavini. Milão: Mondadori, 1970, pp. 562-3.

⁴⁴ A reflexão de Antonio Gramsci à qual estou me referindo, especificadamente, concerne o Caderno 25, intitulado *Às margens da História*, caderno temático dedicado à história dos grupos sociais subalternos e que, no caso em questão, entende-se ampliar às outras entidades vivas do planeta, embora não humanas.

empresário Cecil Rhodes: «O mundo está quase todo parcelado, e o que dele resta está sendo dividido, conquistado, colonizado. Eu anexaria os planetas, se pudesse».⁴⁵

A história de uma consciência ecológica que coloque o homem numa relação dialética com os outros seres, portanto, registrara, ao longo da história da humanidade «uma tendência para a unificação, embora em planos provisórios».⁴⁶

A ecologia, ou é holística ou não é ecologia⁴⁷, alerta já faz algum tempo Leonardo Boff, um pensador famoso por juntar uma práxis histórica de engajamento em favor das classes populares com as categorias do espírito, o qual convida a pensar no planeta Terra não apenas com uma resultante da soma das partes, mas como o produto da interdependência orgânica de todos os elementos – no sulco do pensamento do filósofo sul-africano Jan Smutts⁴⁸ –, começando pelo organismo vivo primário que nos hospeda e nos dá a vida: Gaia, Pachamama.

Se a pretensa singularidade do homem em relação aos agentes não humanos é justificada por sua própria consciência, nossa consciência deveria se tornar a modalidade central de abertura para atitudes que não se reduzam em um mero olhar moral sobre Gaia. O ser humano, portanto, tem nesta conjuntura a possibilidade de auto-limitar-se e, ao mesmo tempo, de elevar-se como nunca antes, dando plenitude de significado e de ação à palavra “humanismo” tão posta à prova pelos eventos de época contemporânea e caída em desgraça em parte do pensamento político-filosófico do pós-guerra, a saber: do pós-modernismo ao postcolonialismo, passando pelo existencialismo. Ou seja, se a Terra precisa cada vez mais ser considerada – filosófica e juridicamente – como sujeito de direitos, parece ter chegada a hora de ações destinadas a defender a Terra para o bem-estar dela mesma, e não apenas para a nossa humanidade.

De que forma? Na nossa opinião, não através de um ludismo do século XXI.⁴⁹

É de toda evidencia que a verdadeira transformação epocal ocorre na idade moderna, quando a economia passou a ser percebida como a arte e a técnica da

⁴⁵ Cf. LEO HUBERMAN, *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982, 18 ed., p. 270.

⁴⁶ ANTONIO GRAMSCI, *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, Q 6, § 25, p. 2283.

⁴⁷ LEONARDO BOFF, *Ecologia, mundialização, espiritualidade. A emergência de um novo paradigma*. Madrid: Editorial Trotta, 1996, p. 55.

⁴⁸ Cf. JAN SMUTTS, *Holism and evolution*. New York: The Macmillan company, 1926.

⁴⁹ A tal respeito, veja-se KIRKPATRICK SALE, *Ribelli al futuro. I luddisti e la loro guerra alla rivoluzione industriale*. Bolonha: Arianna Editrice, 1999.

produção ilimitada de riqueza para a exploração dos recursos da natureza mediante os meios tecnológicos. A partir daquele momento, o corolário ideológico que acompanhou as sociedades modernas foi uma economia não mais entendida em seu sentido originário, como gestão racional da escassez, e sim como a ciência do crescimento ilimitado, com os resultados desastrosos que todos conhecemos.

Todavia, a solução não pode ser encontrada naquele sentimento que Zygmunt Bauman definiu de “Retrotopia”, isto é, uma “utopia voltada para o passado” na época em que as utopias voltadas para o futuro fracassaram, enquanto a ideologia dominante que nega qualquer utopia nos põe perante de um panorama (ecológico, econômico, sociocultural) desolador.⁵⁰ De fato, tal versão “restauradora” da nostalgia, mais do que proporcionar futuros arcádicos totalmente irrealistas, acaba incentivando posturas nacionalistas no mundo inteiro mediante uma mitificação da história em chave anti-moderna feita de recuperação de símbolos, mitos, xenofobia e teorias conspiratórias tristemente famosas.

Leonardo Boff conjectura que nossa singularidade como espécie nos condena a sermos seres culturais, uma vez que «ao não dispor de nenhum outro órgão especializado, somos impelidos a intervir na natureza, prolongando nossos braços, nossas mãos, nossos olhos, nossos ouvidos mediante os instrumentos técnicos e criando cultura».⁵¹

Dessa maneira, a *human agency* pode remodelar o impacto antrópico na biosfera usando as conquistas da ciência para reverter o curso, uma vez que o problema não é a tecnologia em si, mas o uso que nós fazemos dela. No século XX, as maravilhas da ciência e da tecnologia foram muitas vezes utilizadas não para melhorar a existência, e sim para tornar a capacidade de destruição e escravização do homem “desenvolvido” mais eficaz e capilar do que nunca, desde as metralhadoras da Primeira Guerra Mundial até o *zyklon B* dos campos de concentração nazistas. Principalmente devido a isto, o século que deixamos para trás foi (nós esperamos...) o auge do antropoceno, enquanto uma nova postura da civilização humana pode, neste novo milênio, assoalhar o caminho para a entrada definitiva na «era sintética»⁵², ou seja, rumo a uma era na qual o conhecimento tecnológico do homem pode – desta

⁵⁰ Cf. ZYGMUNT BAUMAN, *Retrotopia*. Bari: Laterza, 2017.

⁵¹ LEONARDO BOFF, *op. cit.*, p. 157.

⁵² Sobre a questão, veja-se CHRISTOPHER PRESTON, *The Synthetic Age*. Massachusetts: Mit Press, 2018.

vez, de forma consciente e para melhor – reverter a rota do iceberg em direção ao qual parecemos destinados.

Por outro lado, faz-se igualmente central a tarefa de estabelecer quem e com quais finalidades terá que utilizar tal tecnologia, de maneira que se tornará igualmente crucial o avançar lentamente por círculos concêntricos por parte de uma sociedade civil finalmente ciente da centralidade estratégica das questões relacionadas ao meio ambiente para a resolução de grande parte das emergências sociais que afetam nossa sociedade contemporânea. Com vista a isto, será necessário poder contar com uma sociedade tão flexível para renegociar hábitos e práticas comuns do seu dia-a-dia como resoluta em não se baixar em compromissos no que concerne a propriedade pública e a gestão coletiva dos Bens-comuns.⁵³ Sem essa ação de baixo, a política não será capaz de exercer o menor controle sobre o instrumento tecnológico. E sem um protagonismo reconquistado da política nesse campo, nenhum projeto comum de salvação do mundo é concebível.

Devemos, portanto, ser muito antigos e muito modernos, a saber: encontrar um lugar em nosso planeta e, a partir desse ponto, assumir a responsabilidade de defendê-lo é a única maneira de sair dessa bolha unidimensional em que estamos imersos.

Para Lévi-Strauss, o fogo representava o símbolo da civilização humana, o que nos diferencia dos animais (através de uma linha de fronteira que o antropólogo francês enxergava entre os alimentos cozidos e os crus), o local onde a vida comunitária se humaniza.⁵⁴ No entanto, a partir de certo ponto de nossa história, através da ciência e da tecnologia, o homem prometeico roubou dos Deuses o fogo sagrado do desenvolvimento ilimitado, proporcionando, ao mesmo tempo, progresso pelo homem e devastação pela Terra. A catástrofe ecológica que estamos enfrentando nos convida a trazer esse elemento primário de volta à Terra, não para queimá-la como estamos fazendo, mas para inflamar a participação política com o fogo sagrado de uma ideia que pense em Gaia e no Homem como uma única comunidade de destino.

⁵³ Sobre a noção e o uso dos “Bens-comuns”, veja-se ELINOR OSTROM, *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

⁵⁴ Cf. CLAUDE LÉVY-STRAUSS, *Il crudo e il cotto*. Milão: Il Saggiatore, 2008.